

público ou privado, ou ainda, neste último caso, se em atividades próprias do Poder Público.

PARTE DE QUARTO ARTIGO

O PODER E O INTELLECTUAL SEGUNDO GRAMSCI

Jandilma Medeiros de Sousa (*)

"A fase atual da luta de classes na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário e a passagem a uma nova organização na produção que permitiria um aumento da produtividade, ou uma tremenda reação por

parte da classe proprietária e da casta dirigente".(Gramsci, Antonio. Concepção Dialética da História - p.2).

Introdução

A importância de Antonio Gramsci, pensador e ativista italiano, está relacionada à realidade de seu país.

Nascido camponês humilde, na Sardenha, tornou-se o dirigente máximo do Partido Comunista Italiano, e, eleito deputado, veio a ser condenado, vivendo grande parte de sua vida nas prisões italianas.

Sua maior preocupação foi formar a consciência da classe operária, para modificar as condições de trabalho e assumir o poder.

Partindo do pensamento de Marx e Engels, Gramsci introduziu novos conceitos, tornando-se um filósofo original, para quem o livre curso das idéias era fundamental.

No presente trabalho, abordaremos a visão que Antonio Gramsci tinha de poder, dentro da superestrutura. Para ele, cabia aos intelectuais o papel decisivo na formação da consciência operária. O intelectual devia ser ativo, partir das bases para as fábricas, depois para os sindicatos, e finalmente, para o Partido.

Nessa linha, analisaremos a sociedade civil e política, a transição da classe trabalhadora ao poder, e o movimento dos Conselhos de Fábricas e Sindicatos.

(*) Jandilma Medeiros de Sousa é servidora pública federal, do TRT - 13ª Região e Mestranda em Direito Econômico

Homem de excepcional inteligência, sua vida e pensamento nos mostram como é possível transcender às limitações circunstanciais, tanto históricas quanto individuais.

1 - Gramsci - Notas Biográficas

Nascido em 22 de janeiro de 1891, em Ales, província de Cagliari, na Sardenha, uma das regiões mais pobres da Itália, Antonio Gramsci era o quarto filho de Francesco Gramsci e Giuseppina Marcias, humildes camponeses.

Ao completar a instrução primária, em 1903, as difíceis condições da família o fizeram abandonar a escola e começar a trabalhar no cartório de Cagliari. Em 1911 chega a Turim, onde estuda Filosofia na Universidade, graças a uma bolsa de estudos obtida mediante concurso.

As recordações da espantosa miséria dos camponeses da Sardenha e as impressões que dela deveria guardar o influenciaram fortemente, a juntamente com a seriedade de seus estudos em Turim e ao convívio com a classe operária, chegou ao socialismo. Participa ativamente da luta dos trabalhadores. Em 1915, dirigia o jornal da seção socialista de Turim.

A guerra de 1914/18 coloca os dirigentes do movimento operário diante de duas opções; apoiar ou opor-se à guerra. Gramsci adere à segunda opção. Em agosto de 1917, uma insurreição operária surge contra o militarismo italiano, sendo derrotada. Logo a seguir, com a tarefa básica de reorganizar o movimento socialista, Gramsci foi eleito secretário da seção regional do Partido Socialista. Nesta condição, pôs em prática as idéias marxistas de Lênine, adaptando-as à Itália, organizou os Conselhos de Fábrica, e fundou o jornal *L'Ordine Nuovo*. Em abril de 1920 dirige a poderosa greve política dos proletários de Turim, que se combina com a greve dos trabalhadores agrícolas das províncias vizinhas.

Ajuda na fundação do Partido Comunista Italiano, vindo a ser seu dirigente máximo em 1921.

Eleito deputado em 1924, enfrentou Mussolini e o fascismo, sendo preso em 08 de novembro de 1926, juntamente com outros parlamentares. Durante onze anos esteve preso, mas não deixou de acompanhar a vida política da Itália e do mundo, época em que fez anotações fragmentadas em cadernos, trinta e dois dos quais escaparam da destruição fascista, vindo a ser publicados posteriormente.

Com a saúde abalada, em virtude de tuberculose contraída nos cárceres, foi posto em liberdade condicional, falecendo alguns dias depois, em 27 de abril de 1937, em Roma.

2 - A Sociedade

Neste capítulo, discorreremos sobre a visão gramscista da sociedade como uma superestrutura. Veremos a sociedade civil, a sociedade política e as relações existentes entre elas.

2.1 - A Sociedade Civil

Embora partindo da obra de Hegel, Marx e Gramsci evoluíram em sentidos opostos. Para Marx, a sociedade civil era o conjunto das relações econômicas; para Gramsci, o complexo da superestrutura ideológica. Segundo o pensamento gramscista, pode-se distinguir dois grandes níveis superestruturais, e um deles se pode chamar de sociedade civil, o que reúne o conjunto de organismos vulgarmente ditos "privados", devendo ser considerada como a hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade como conteúdo ético do Estado.

A sociedade civil é um conjunto ideológico complexo, podendo ser considerada sob três aspectos:

- a) como ideologia da classe dirigente, abrange todos os ramos ideológicos;
- b) como concepção do mundo, se adapta a todos os grupos, advindo daí seus diversos graus qualificativos - filosofia, religião, folclore, etc. ;
- c) como direção ideológica da sociedade - a ideologia propriamente dita, a estrutura ideológica (as organizações que cria e difunde) e o material ideológico, ou seja, os instrumentos técnicos da difusão (escolas, bibliotecas).

Inserida no conceito genérico de sociedade civil, Gramsci destaca a Igreja como uma sociedade civil autônoma, cuja força reside na unidade ideológica que mantém no bloco social que controla, lutando para que as camadas intelectualmente superiores não se separem das inferiores. A Igreja mantém a unidade ideológica através da política e da evolução ideológica progressiva, que tende a satisfazer as exigências da ciência e da filosofia, de maneira lenta e gradual, compreensível pelos intelectuais, mas não perceptível pelas massas mais simples.

2.2 - A Sociedade Política

Na superestrutura humana, a sociedade política se opõe à sociedade civil.

Nos cadernos do cárcere, Gramsci define sociedade política em várias ocasiões:

"Sociedade política ou estado, que corresponde à função de dominação direta ou de comando que se exprime no estado ou governo jurídico (Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura - p.9);

Sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento (Lettere del carcere - p.481);

Governo político, isto é, aparelho de coerção do Estado, que assegura "legalmente" a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade civil, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha o consenso espontâneo (Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura - p.9)."

A sociedade política possui características bem definidas, e Gramsci destaca a que agrupa o conjunto das atividades da superestrutura, no que diz respeito à função de coerção - caso em que é um prolongamento da sociedade civil, analisando os diversos graus de formação do sistema hegemônica.

Há duas situações em que a coerção é utilizada na sociedade política:

a) uma habitual, que consiste no controle de grupos sociais que não consentem na direção da classe fundamental. Esses grupos são classes subalternas que entram em contradição com a classe dirigente, que utiliza a coerção para manter o domínio;

b) outra excepcional, quando a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e ampara-se na sociedade política para manter a dominação.

Em vários momentos, Gramsci qualifica a sociedade política utilizando o termo estado, mas realçando que se trata da concepção clássica, segundo a qual o Estado não intervém na função econômica, e limita-se a garantir a ordem pública e o respeito às leis.

2.3 - As Relações entre a Sociedade Civil e a Sociedade Política

Sociedade civil e sociedade política estão estreitamente ligadas, com relações permanentes, não existindo um sistema social um que ideologia esteja separada da dominação do Estado.

Entre o consenso e a força não há uma separação, e entre eles está a opinião pública.

Se o Estado deseja iniciar uma ação pouco popular, cuida de carrear elementos para a sociedade civil, capazes de formar uma opinião favorável. Através da imprensa, o Estado maneja explosões de pânico ou entusiasmos fictícios para direcionar a opinião pública e chegar a seus objetivos. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública, para que uma única vontade modele as demais e torne-se a vontade política nacional, dispersando aquelas que não forem coincidentes.

A opinião pública é o exemplo concreto das relações permanentes entre o governo - sociedade política - e a sociedade civil, que favorece o consenso e ratifica seus atos.

Teoricamente, são as organizações privadas que dirigem a sociedade civil, e o aparelho coercitivo do Estado gera a sociedade política. Havendo o enfraquecimento das instituições privadas, sobrepõe-se a vontade política. Diante do enfraquecimento da sociedade política, podem surgir da sociedade civil novas forças de coerção para a classe dominante.

Conclui que as relações entre a sociedade civil e a sociedade política é uma questão essencialmente metodológica - são dois aspectos da hegemonia da classe dominante, haja vista que muitas organizações integram , ao mesmo tempo, as sociedades civil e política, ou que outras possam estar vinculadas à sociedade civil em uma época, e em outra, à sociedade política.

3 - A Transição da Classe Operária

O pensamento de Gramsci apresenta uma constância singular - a transformação da classe operária em classe dirigente - o que depende inteiramente da capacidade de desenvolvimento dos operários em relação à classe dominante.

Sua visão de poder é gradativa. inicialmente, cabe aos intelectuais formar a consciências das pessoas comuns, operários, que irão integrar uma pequena sociedade - a fábrica. Num segundo momento, os Conselhos de Fábricas seriam o embrião do poder nas mãos da classe trabalhadora. Partindo da fábrica, a categoria seria abrangida, com os sindicatos, e finalmente, o Partido Socialista seria o detentor do poder.

A criação dos Conselhos de Fábricas objetivava, simultaneamente, construir formas de democracia operária e contribuir para sua autonomia, e, partindo dessas novas formas democráticas, resolver a crise da sociedade e do Estado. De que maneira, então, seria a transição da classe operária e sua ascensão ao poder.

Segundo Gramsci, a produção era muito mais importante para a constituição política do Estado do que a modificação de um processo técnico ou político. Assim, não se poderia enfrentar as novas formas de organização dos operários em partidos, sindicatos, democracias de base, desconsiderando as relações de força das próprias classes e seus efeitos internos.

A revolução passiva ocorre quando o Estado se sobrepõe a uma classe dirigente, quando o aspecto da dominação predomina sobre a hegemonia como organização de consenso, e realiza uma espécie de estatização que destrói toda iniciativa popular de base.

Seguindo o pensamento de Marx, devem ser seguidos os princípios da transição, entre eles, a formação de um bloco histórico, que implica na transformação

dos papéis sociais e modificação nas formas de poder e política. Para as classes dominantes, a ampliação do Estado é sempre dirigida para o seu fortalecimento, mesmo que esse fortalecimento passe por novos modos de integração das massas operárias nas instituições estatais e hegemônicas.

Esta expansão não instrumental da política impõe à classe operária um conceito novo - o da democracia como forma de luta de classes e de transição. Sob esse aspecto, a teoria gramscista da revolução passiva é um instrumento teórico e político para o nosso presente.

4 - O Sindicalismo

No capítulo que se inicia, estudaremos os Conselhos de Fábricas, o Partido Socialista, genericamente, e a visão que Gramsci tinha dos Sindicatos.

4.1 - O Movimento dos Conselhos de Fábricas

O fim da guerra e as situações econômica, política e social resultaram numa longa crise na Itália. Os sindicatos proliferaram, travando-se uma luta acirrada entre operários e patrões em todos os setores da indústria italiana. Paralelamente, camponeses e trabalhadores sem terra se organizavam e clamavam pela reforma agrária. Uma onda de greves assolou o país, deixando suas bases econômicas abaladas.

Nesse contexto histórico, de inquietação, Gramsci passa da condição de jovem jornalista a fundador e um dos dirigentes do Partido Comunista. Data dessa época sua idéia de basear o movimento revolucionário nos Conselhos de Fábricas.

Turim era a cidade mais industrializada da Itália, e o número de operários sindicalizados era elevado. Havia um sindicato forte, bem estruturado, e comitês de fábricas que possuíam um canal de comunicação entre a administração e os operários.

Diante dessa realidade Gramsci disse, em 1919, que:

"o estado socialista já existe potencialmente nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada (in James Joll, p.31).

Em sua concepção, os Conselhos de Fábricas deviam ser não apenas núcleos de um movimento revolucionário, mas um padrão para a futura sociedade. Deveriam ser centros educacionais para a classe trabalhadora, e centros de estudos socialistas. As bases do partido socialista deveria promover em todas as fábricas, sindicatos e cooperativas a formação de grupos que disseminassem incessantemente entre as massas as idéias do partido, para exercerem o controle da produção industrial e agrícola.

Na tentativa de conciliar liberdade com autoridade, e espontaneidade com disciplina, Gramsci modificou durante anos sua idéia de Conselhos de Fábricas. Entretanto, o sucesso dos Conselhos deu-se sobretudo em Turim. As indústrias, organizadas em Confederação, se preparavam para romper o movimento operário com o apoio do governo. Em 1920, as fábricas de Turim se recusaram a reconhecer os Conselhos de Fábricas e a tratar com eles. Um grande número de operários foi à greve, os patrões reagiram com o *lock out*, e o governo enviou tropas para impor a ordem. O governo foi mediador de um acordo em que houveram concessões econômicas e foram reconhecidos os sindicatos, ficando o movimento operário reintegrado na estrutura do Estado.

Para Gramsci, o poder permanecia nas mãos do capital.

4.2 - O Partido Socialista

Seguindo a maioria dos partidos socialistas europeus, o partido italiano foi dividido: de um lado, os marxistas ortodoxos acreditava que a consciência de classe era necessária para o triunfo do proletariado; de outro, os reformistas, que acreditavam ter um papel a desempenhar no progresso da sociedade e nos destinos dos trabalhadores.

Os escritos de Gramsci, ainda estudante, se enquadravam nessa corrente. Sempre insistiu na necessidade de educar os trabalhadores no sentido mais amplo possível:

"...tende à criação de uma nova civilização, de novas atitudes de vida e de pensamento, de um sentimento novo: e o faz pela promoção entre a classe de trabalhadores manuais e intelectuais do espírito de investigação artístico e filosófico ..."(in JOLL, As Idéias de Gramsci, p.26).

Posteriormente, escreveu que:

"... quanto mais ampla e bem baseada for a vida cultural de um indivíduo, tanto mais próximas suas opiniões estarão da verdade e poderão ser aceitas por todos: quanto mais numerosos forem os indivíduos possuidores de uma cultura ampla e bem fundamentada, tanto mais a opinião popular se aproxima da verdade..."(Idem).

Tanto a Rússia como a Itália eram países nos quais a revolução industrial havia acontecido tardia e desigualmente, e ambos possuíam uma grande população de camponeses. Gramsci era fascinado pela revolução Russa de 1917, por ter sido vitoriosa e porque lhe parecia fornecer o modelo ideal a ser seguido pelos italianos.

Aprofundando-se nos estudos na Universidade de Turim, e convivendo e participando das lutas operárias, Gramsci chegou ao socialismo.

4.3 - O Poder

Gramsci deixa, em sua obra, que o crescimento do poder da classe operária funda-se em quatro pontos fundamentais: o intelectual, os Conselhos de Fábricas, os Sindicatos e o Partido.

Nas Cartas do Cárcere é onde melhor Gramsci trata a questão do intelectual. Para ele, o intelectual orgânico, o homem que pensa, deve participar do governo na superestrutura, como parlamentar, como executivo; deve escrever, orientar, doutrinar, esclarecer e não ser tão ortodoxo.

O segundo ponto de poder é dentro da fábrica, com a criação dos Conselhos de Fábrica. A organização do local de trabalho, onde o operariado pudesse ter acesso ao poder, onde cada fábrica tivesse sua vida, suas lideranças, sua forma de negociar.

O terceiro, em um nível mais elevado não é mais a fábrica isolada, mas a categoria social, que é o sindicato, e finalmente, o quarto estágio do poder, que é o Partido. O partido deve ter intelectuais, ter propostas, e principalmente, deve ter atuação nas eleições.

O papel do intelectual é participar em todo o processo - atuar no sindicato, no partido e na doutrinação operária, porque a consciência de classe operária passa por todos esses pontos, pela representação política.

4.4 - Gramsci e o Sindicalismo

Antonio Gramsci polemizou com os sindicalista, argumentando que os sindicalistas estavam errados em sustentar que os sindicatos poderiam ser órgãos da revolução dos trabalhadores. Disse ele que isto confundia uma organização negocial de trabalho dentro do âmbito do capitalismo - os sindicatos de trabalhadores - com uma organização para dirigir e controlar a produção numa economia socialista - os Conselhos de Trabalhadores . Porque a função de um sindicato é afetar os termos e as condições da venda do trabalho para os empregadores, argumentou ele, esta é uma organização específica a uma sociedade capitalista.

Se atentarmos, contudo, às funções concretas do conselhos de empresa de Turim, tal como descritos no Programa dos Comissários de Empresas, descobrimos que muito da sua função concreta consiste na organização da luta contra empregadores a respeito dos "termos e condições" do trabalho dentro do Capitalismo. Por exemplo, os comissários foram convocados a exercer vigilância (fiscalizar) sobre cumprimento dos contratos de trabalho existentes, e resolver disputas que podem surgir entre a força de trabalho e a gerência (direção). Em outras palavras, o movimento dos comissários de empresa era inevitavelmente uma força pró-sindicalização dos operários precisamente porque expressava os anseios da força de trabalho por uma organização mais efetiva

para as lutas com o sistema capitalista vigente, assim como expressar suas aspirações ao controle total.

Já que todo movimento laboral de massa desse tipo surge inicialmente no âmbito do sistema capitalista, esta função "dual" parece inevitável. Mais ainda, o real argumento de Gramsci contra a possibilidade do sindicalismo revolucionário se baseava no caráter institucional e burocrático dos sindicatos oficiais da CGL (Confederazione Generale del Lavoro).

Em seu suposto não envolvimento no dia-a-dia das lutas sindicais, mas na verdade no seu caráter independente e não hierárquico.

Gramsci percebe que os sindicatos desenvolvem um regime do tipo "de cima para baixo", altamente hierarquizado, tão logo se tenham organizado institucionalmente para a negociação com os empregadores, porque isto, possibilita à liderança emergente assegurar que a força de trabalho não viole sua parte na barganha com a direção da empresa.

Insiste que o sindicato concreta e generaliza de maneira que a atuação, o poder e a disciplina do movimento permanecem tendo como foco a sua direção central. Essa direção se separa das massas que disciplina distanciando-se das paixões e das correntes de opinião que são típicos das grandes massas turbulentas. O sindicato adquire então a capacidade de assinar acordos e assumir responsabilidades, forçando o empresário a aceitar um certo grau de legalidade nas suas relações com os trabalhadores. Essa legalidade permanece condicionada à confiança que o empresário deposita na condição de real solvência do sindicato e na sua capacidade de assegurar que as massas respeitarão as obrigações contratuais que a ela competem.

É, todavia, precisamente essa estrutura burocrática do sindicalismo institucionalizado que o impossibilita de ser um instrumento de revolução, já que essas estruturas existem para perpetuar e universalizar a legalidade industrial desenvolvidos pelo compromissos acumulados para com os empregadores.

O sindicato representa a legalidade e tem que almejar fazê-la respeitada por todos os seus membros.

Por outro lado, os conselhos de fábricas são vistos como potencialmente revolucionários, segundo Gramsci, precisamente porque eles não estão submetidos a uma burocracia externa à força de trabalho.

" *O conselho de fábrica é a negação da legalidade industrial. Ele tende a destruí-la a qualquer momento*". Por causa da sua espontaneidade revolucionária, o conselho de fábrica tende a desencadear a luta de classes a qualquer momento; por causa da sua forma burocrática, o sindicato tende a evitar sempre que a luta de classes venha a se desencadear.

Uma vez porém, que tenhamos compreendido o que Gramsci quer dizer com sindicato - isto é, sindicatos institucionalizados e burocratizados - então podemos ver que os anarco-sindicalistas concordariam com os pontos de vista de Gramsci sobre as limitações dos sindicatos, já que eles acreditam que os sindicatos burocratizados tendem a restringir a ação dos trabalhadores dentro dos limites do que é aceitável para a classe empregadora. Tais estruturas hierárquicas - de cima para baixo - não são, assim, capazes de serem órgãos revolucionadores.

Os anarco-sindicalistas, entretanto, chamaria à atenção para o fato de que quando eles advogam em favor do "sindicalismo revolucionário", estão usando o termo "sindicato" num sentido diferente.

Há outro sentido para o termo "sindicato" referindo-se à comunhão dos próprios trabalhadores em oposição aos empregadores: os trabalhadores "unidos" uns aos outros. E, neste sentido, o movimento do Conselho de Fábricas foi também uma forma de "associativismo" ou sindicalismo.

Além do mais, Gramsci algumas vezes usa a palavra "sindicato" nesse outro sentido, como quando ele diz que o movimento de Conselhos de Fábricas de Turim é uma forma de "sindicalismo industrial", unindo a força de trabalho com a superação das divisões de tarefas técnicas e ideológicas.

Ainda, se é o caráter não-burocrático e autônomo de massa dos Conselhos de Fábrica de Turim que dá a eles um potencial revolucionário como argumentara Gramsci, então, os ativistas da USI - Unione Sindicale Italiana - poderiam argumentar que Gramsci tem de admitir que os "sindicatos", advogados pelos anarco-sindicalistas, têm um potencial revolucionário também, já que eles têm os mesmos caráter e estrutura dos Conselhos de Fábricas de Turim.

Uma lição da revolução italiana de 1919/20 é que a pretendida oposição entre "conselhismo" e "sindicalismo" é mais mito que realidade. A principal entidade do sindicalismo italiano - a USI - adotou métodos e formas organizacionais do movimento dos Conselhos de Fábricas de Turim. Ao mesmo tempo, os anarco-sindicalistas em Turim foram lentos em construir lá uma organização filiada à USI, por causa da organização independente e democrática dos Conselhos de Fábricas e a orientação destes voltada para a ação direta e controle pelos trabalhadores fez deles uma forma aproximada e concretamente viva dos ideais anarco-sindicalistas.

Quanto ao mérito da causa, ousaria dizer que Gramsci não percebeu que os "pelegos", embora "pelegos" são (ou, pelo menos, foram) operários. Daí que, embora não revolucionários, em princípio, às vezes oportunisticamente, às vezes ideologicamente, e outras vezes, apenas passional e instintivamente, em situações de crise revolucionária, são até mais revolucionários que os revolucionários convictos. Enfim, e simplesmente a realidade não é tão maniqueísta como gostariam que fosse certos ideólogos marxistas (e Gramsci está até bem longe de ser um maniqueísta de carteirinha, muito pelo contrário).

Conclusão

O proletariado, como classe, é pobre em elementos organizadores, não possui e não pode construir sua própria camada de intelectuais a não ser muito lentamente, com muita dificuldade.

Atento a este fato, Antonio Gramsci tornou-se um filósofo voltado para as classes trabalhadoras. Sua origem humilde e a convivência com os operários, em Turim, fez com que despertasse para a importância política das classes organizadas.

Partindo dos princípios do marxismo, Gramsci esteve sempre voltado para a ascensão operária ao poder. Em seus *Quaderni*, distingue a função intelectual, de organização, da qualificação intelectual, que deve ocorrer sempre, qualquer que seja a classe originária do indivíduo. Insiste na necessidade de educar o trabalhador, dando ao termo educação o sentido mais amplo possível.

Com a criação dos Conselhos de Fábricas, tenta uma transição passiva do poder.

Atingido pela fúria fascista, foi preso, e durante o período de cárcere escreveu uma obra fragmentária, mas suficientemente interessante, capaz de comportar muitas interpretações.

O pensamento de Gramsci difere de Marx porque Marx não viu o papel do intelectual. Lutou pela conscientização da classe trabalhadora, pela motivação do elemento revolucionário, mas não considerou a fase negocial, possivelmente porque Karl Marx viveu em uma época diferente (1818-1883), em que o desenvolvimento capitalista não estava totalmente consolidado. Somente no fim de sua vida é que o desenvolvimento estava entrando no capitalismo imperialista.

Gramsci, sendo homem deste século, viveu na Itália, ainda que sob o domínio fascista, onde o capitalismo era monopolista, e havia a efervescência do egocentrismo.

Tentou interpretar e modificar o mundo em que viveu. Considerado o maior dos escritores marxistas do séc.XX, é também, paradoxalmente, um dos maiores exemplos de independência do espírito humano em suas limitações materiais.

Permanece até hoje como o herói intelectual de nosso tempo.

Bibliografia

1. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, s/d.

2. GRAMSCI, Antonio . *A Concepção Dialética da História*. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. 7. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
3. GRAMSCI, Antonio . *Cartas do Cárcere* . Tradução por Noênio Spínola. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
4. GRAMSCI, Antonio . *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. Tr. Manuel Cruz
5. KARIEL, Henry S. *Aspectos do Pensamento Político Moderno*. Tradução por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1966
6. INSTITUTO GRAMSCI. *Política e História em Gramsci*.(*Coor. Franco Ferri*). Rio de Janeiro.: Civilização Brasileira, 1978.
7. JOLL, James. *As Idéias de Gramsci*. Tradução por James Amado. São Paulo: Cultrix, 1979.
8. PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Tradução por Angelina Peralva. 5. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1990.
9. SINGER, Paul. *Formação da Classe Operária*. 4. ed., Campinas: Atual, 1987.

**CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO
DETERMINADO (ART. 443 DA CLT) E CONTRATO
TEMPORÁRIO DE TRABALHO (LEI 9.601/98)**

PARTIDA DE QUARTO ARTIGO

André Machado Cavalcanti (*)